cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Dados: 2023.03.14 06:49:24 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 14 de março de 2023 • Nº 1518 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

FALÊNCIA

Crise do SVB pode mudar política de juros

A crise do banco americano SVB acendeu o sinal dos investidores para a possibilidade de mudanças nos rumos da política monetária naquele país, com reflexos também na trajetória da taxa básica de juros no Brasil. Ontem, houve queda nas taxas de juros negociadas nos mercados americano e brasileiro. A expectativa para os juros nos EUA ao final de 2023 recuou de algo próximo de 5,5% para a casa dos 4,5% ao ano. O Goldman Sachs, por exemplo, já avalia a possibilidade de que o Federal Reserve, o banco central americano, faça uma pausa no processo de alta de juros neste mês, na reunião marcada para a próxima semana. A curva de juros no Brasil já indicava a aposta em um corte na taxa básica na reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) no final de junho. Ou seja, a expectativa era que o Banco Central ainda manteria a Selic nos atuais 13,75% ao ano nas duas reuniões anteriores, em 22 de março e 3 de maio. Agora, as taxas mostram que aumentou a aposta em uma antecipação desse corte. Luiz Fernando Figueiredo, ex-diretor do BC e presidente do Conselho de Administração da Jive Investments, afirma que os desdobramentos da crise do SVB podem levar a um corte da taxa básica mais cedo que o projetado anteriormente. PÁGINA 2

POLÊMICA

Biden aprova extração de petróleo no Alasca

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, aprovou ontem um enorme projeto de extração de petróleo no Alasca. Batizado de Willow, o empreendimento vem enfrentando forte oposição devido ao seu impacto ambiental e climático. A iniciativa de US$ 8 bilhões da companhia ConocoPhillips vai ser uma das maiores do tipo em solo americano e deve fornecer até 600 milhões de barris de petróleo em 30 anos. O campo de petróleo é localizado na Reserva Nacional de Petróleo do Alasca, que pertence ao governo americano e é de grande importância para a biodiversidade. A queima dos combustíveis fósseis extraídos de Willow poderia liberar quase 280 milhões de toneladas de gases de efeito estufa na atmosfera. PÁGINA 6

NOVO IMPOSTO

Haddad diz que municípios não perderão arrecadação

LUCAS MARQUES/ABRASIL

A unificação de vários tributos no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) não trará perda de arrecadação aos municípios, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (**foto**). Ele participou de debate sobre a reforma tributária promovido pela Frente Nacional dos Prefeitos (FNP). O ministro repetiu declarações recentes de que o IBS, que funciona como um tipo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), não diminuirá as receitas de 90% das prefeituras. Haddad reiterou que o IVA é o modelo mais adotado no planeta, além de trazer mais simplicidade e transparência ao sistema tributário. "Quando proponho o IVA, que pode ser dual (um para a União e outro para os estados e municípios) ou não, é um tributo transparente, justo e simples. O IVA não vai diminuir em nada a arrecadação dos municípios; 90% vai ficar exatamente no mesmo lugar, pois será cobrado no destino (local de consumo das mercadorias)", declarou o ministro. PÁGINA 2

SÃO PAULO

Aplicativo da Prefeitura já tem 9.845 motoristas

O aplicativo MobizapSP, criado pela Prefeitura de São Paulo para concorrer com empresas como Uber e 99, conta com 9.845 motoristas já habilitados pelo sistema, até as 8h de ontem, segundo a STM (Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito). O aplicativo começará a funcionar, de acordo com a Prefeitura de São Paulo, ainda neste mês de março, entre os dias 22 de 24. Mais de 10 mil passageiros já se cadastraram para utilizar o aplicativo, ainda segundo a gestão municipal. A aplicativo foi lançado na quinta-feira passada e, no dia seguinte, tinha 23 mil usuários inscritos – sobre os quais ainda não havia definição se seriam motoristas ou passageiros. PÁGINA 3

FAKE NEWS

Relator e Dino querem agência regulatória para redes sociais

CLEIA VIANA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

O relator do projeto de lei das fake news, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) (**foto**) mencionou, ontem a necessidade de incluir na nova legislação de internet um órgão regulatório que aja paralelamente à autorregulação das plataformas, no que é conhecido como autorregulação regulada ou corregulação. Com isso, as empresas estariam encarregadas de desenhar suas políticas e regras e aplicá-las, mas estariam sujeitas à supervisão de um órgão regulatório. "A autorregulação das plataformas digitais se mostrou insuficiente para atender às necessidades do debate público. PÁGINA 3

RIO

Audiência sobre greve da enfermagem sem acordo

A audiência de conciliação entre enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem e os hospitais e casas de saúde do Rio de Janeiro terminou sem acordo na manhã de ontem. As categorias estão em greve por tempo indeterminado pelo cumprimento do piso nacional da enfermagem e realizaram um protesto na Avenida Presidente Antônio Carlos, em frente à sede do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Regiã. "Não vai ter arrego. Se você não paga o piso, você não vai ter sossego", gritavam os manifestantes, que também traziam faixas e cartazes defendendo o piso, que foi aprovado pelo Congresso, porém suspenso pelo Supremo Tribunal Federal. PÁGINA 6

INDICADORES

IBOVESPA: -0,48% / 103.121,36 / -496,84 / Volume: R$ 21.555.916.063 / Negócios: 3.647.798

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
VIA ON NM	2.04	+12.09	+0.22
MAGAZ LUIZA ON NM	3.72	+9.41	+0.32
MRV ON NM	6.90	+7.31	+0.47
PETZ ON NM	6.35	+6.54	+0.39
LOCAWEB ON NM	6.12	+5.88	+0.34

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
SAO MARTINHOON NM	25.62	–5.81	–1.58
3R PETROLEUMON NM	27.350	–5.40	–1.560
DEXCO ON NM	6.36	–5.36	–0.36
PETRORIO ON NM	31.77	–4.34	–1.44
MELIUZ ON NM	0.930	–5.10	–0.050

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	85.05	+0.41	+0.35
PETROBRAS PN N2	24.19	–3.16	–0.79
ITAUUNIBANCOPN N1	23.78	–1.20	–0.29
PETRORIO ON NM	31.77	–4.34	–1.44
B3 ON NM	11.35	+0.80	+0.09

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	31.819,14	-0,28
NASDAQ Composite	11.188,842	+0,45
Euro STOXX 50	4.102,92	-2,76
FTSE 100	7.548,63	-2,58
DAX 30	14.959,47	-3,04
Ftse Mib	26.183,54	-4,03

Salário mínimo	R$ 1.302,00	IGP-M	-0,06% (fev.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 3,7053	IPCA	0,84% (fev.)	Compra: 5,6974	Venda: 5,8774
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(01/02)	13,75%	0,46	até o dia 13/mar.	Compra: 5,2394	Venda: 5,2400
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
14/3)	0,74%	BM&F/grama	R$ 318,00	Compra: 5,2677	Venda: 5,2683
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(mar./23)	0,2392%	Compra: 5,6521	Venda: 5,6527	Compra: 5,2803	Venda: 5,4603

MERCADOS

Bolsa fecha em baixa e dólar sobe mais de 1% com crise bancária

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) oscila próximo da estabilidade, enquanto os índices em Nova York sobem na tarde de ontem. O dólar também apresenta valorização frente ao real.

Os investidores ainda com muitas dúvidas sobre os desdobramentos da quebra do SVB (Silicon Valley Bank). Ao mesmo tempo, há a perspectiva de que o Fed (Federal Reserve, o banco central americano) interrompa o ciclo de alta dos juros por conta da crise financeira.

Na retomada do horário de pregão entre 10h00 e 17h00, o Ibovespa (Índice Bovespa) fechou em baixa de 0,48%, a 103.121 pontos. O dólar comercial à vista encerrou o dia com alta de 1,17%, a R$ 5,267. Este é o maior fechamento para o câmbio desde o dia 9 de fevereiro.

No mercado de juros, as taxas apresentam quedas, seguindo também a tendência nos Estados Unidos, com a percepção de que a crise pode interromper o ciclo de alta dos juros pelo Fed (Federal Reserve, o banco central americano).

Os contratos com vencimento em janeiro de 2024 recuaram de 13,15% da última sexta-feira para 12,99% ao ano. Para janeiro de 2025, a taxa caiu de 12,37% para 12,14%. No vencimento de janeiro de 2027, as taxas baixaram de 12,64% para 12,46%.

Na última sexta-feira, os reguladores assumiram o comando do SVB, após um movimento de saques pelos clientes que somaram cerca de US$ 2 bilhões.

Com tantas dúvidas, os índices de ações em Nova York oscilaram bastante durante o dia, e fecharam sem direção única. O Dow Jones encerrou com queda de 0,28%. O S&P 500 recuou 0,15%. O índice Nasdaq fechou em alta de 0,45%.

NOVO IMPOSTO

Haddad diz que municípios não perderão arrecadação

WELLTON MÁXIM/ABRASIL

A unificação de vários tributos no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) não trará perda de arrecadação aos municípios, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele participou de debate sobre a reforma tributária promovido pela Frente Nacional dos Prefeitos (FNP).

O ministro repetiu declarações recentes de que o IBS, que funciona como um tipo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), não diminuirá as receitas de 90% das prefeituras. Haddad reiterou que o IVA é o modelo mais adotado no planeta, além de trazer mais simplicidade e transparência ao sistema tributário.

"Quando proponho o IVA, que pode ser dual (um para a União e outro para os estados e municípios) ou não, é um tributo transparente, justo e simples. O IVA não vai diminuir em nada a arrecadação dos municípios; 90% vai ficar exatamente no mesmo lugar, pois será cobrado no destino (local de consumo das mercadorias)", declarou o ministro.

Haddad ressaltou que o debate sobre o impacto da reforma tributária nos municípios está sendo afetado por ruídos. "Estão criando fantasmas que devem ser enfrentados no diálogo franco. Estou aqui para resolver o problema do país, não o problema da União", disse.

O ministro comparou a criação do IBS ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Segundo o ministro, desde a introdução do fundo, em 2003, a carga tributária não aumentou, só havendo pequenos ajustes. "Há uma desorganização do ICMS e também dos tributos federais", disse.

HISTÓRICO

As duas propostas de emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária, a PEC 45 (da Câmara) e a PEC 110 (do Senado), preveem a unificação de diversos tributos no IBS. A proposta da Câmara reúne duas contribuições – o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – e três impostos – o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços (ISS).

A proposta do Senado cria dois tributos: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que ficaria com a União, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A CBS substituiria a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).

O Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) substituiria o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), arrecadado pelos estados, e o Imposto sobre Serviço (ISS), de responsabilidade dos municípios. A proposta não unificou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e o salário-educação no novo tributo federal.

Atualmente, as contribuições ficam inteiramente com a União, o IPI é partilhado entre União e governos locais, o ICMS fica com os estados; e o ISS, com os municípios. A Frente Nacional dos Prefeitos, entidade que representa 415 grandes e médios municípios, é contra a criação do IBS. A entidade defende a PEC 46/2022, de autoria do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), que unificaria apenas as legislações para o ICMS e o ISS, mas manteria a autonomia das prefeituras e dos governos estaduais para estabelecer as alíquotas e administrar a arrecadação.

SIMPLES NACIONAL

O ministro da Fazenda negou que pequenos comerciantes serão prejudicados com a criação do IBS. Haddad reiterou que os negócios enquadrados no Simples Nacional não serão abrangidos nessa fase da reforma tributária. Segundo o ministro, a aprovação da reforma poderá impulsionar a reindustrialização do país e trazer impacto de até 20% do PIB.

APOSENTADOS

Juro do consignado é reduzido para 1,7%

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pagarão menos nas futuras operações de crédito consignado. Por 12 votos a 3, o Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS) aprovou ontem o novo limite de juros de 1,7% ao mês para essas operações.

O novo teto é 0,44 ponto percentual menor que o antigo limite, de 2,14% ao mês, nível que vigorava desde o ano passado. O teto dos juros para o cartão de crédito consignado caiu de 3,06% para 2,62% ao mês. Propostas pelo próprio governo, as medidas entram em vigor assim que a instrução normativa for publicada no Diário Oficial da União.

Segundo o Ministério da Previdência Social, a diminuição beneficiará cerca de 8 milhões de cidadãos com empréstimos descontados diretamente na folha de pagamento. Desse total, cerca de 1,8 milhão de beneficiários chegaram ao limite máximo de desconto de 45% da aposentadoria ou pensão.

No encontro de ontem, o ministro da Previdência, Carlos Lupi, anunciou a intenção de discutir o percentual de margem de desconto na folha na próxima reunião do CNPS, em 27 de abril.

FUST

Mercadante vai liberar R$ 1 bilhão para internet em escolas e favelas

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, pediu para a equipe do banco estruturar nas próximas semanas a proposta para destinar até R$ 1 bilhão dos recursos do Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) aos projetos de conectividade nas escolas e favelas.

A ideia é apresentá-la na ocasião dos cem dias do governo Lula. Também há um montante de R$ 200 milhões de investimentos não reembolsáveis.

O gesto retoma a bandeira antiga da passagem de Mercadante pelo Senado, quando apresentou projeto de lei pela obrigatoriedade da aplicação de 75% dos recursos do Fust em programas de inclusão digital. A meta era que, em cinco anos, todas as escolas públicas do país contassem com banda larga e um computador para cada dez alunos por turno.

PROGRAMA

Voa, Brasil vai emitir passagens a R$ 200

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, anunciou, neste fim de semana, que o governo Federal vai lançar o programa Voa, Brasil, de redução de preços de passagens aéreas no país. O objetivo é democratizar o acesso a passagens de avião, com custo estimado em R$ 200 por trecho voado.

Pelo programa, serão beneficiados servidores públicos nos três níveis de governo (municipal, estadual e federal) com salários de até R$ 6,8 mil, aposentados e pensionistas da Previdência Social e estudantes do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), programa do Ministério da Educação. "Não era justo fazer essa passagem para os executivos que tem condição de pagar preços maiores", pontua o ministro.

França garante que a passagem não vai ficar mais cara aos demais passageiros, porque o custo de cada trecho é calculado considerando o número de assentos por quilômetro voado. "Quanto mais assentos por quilômetro estiverem preenchidos, mais barato tem que ficar o preço."

De acordo com o ministério, a intenção é vender esses bilhetes mais baratos fora da alta temporada, em dois períodos: de fevereiro a junho e de agosto a novembro, quando tradicionalmente ocorre uma ociosidade média de 21% nos voos domésticos. "Com isso, a gente vai acabar barateando todas as passagens, porque na medida em que não tem mais ociosidade, as outras passagens também podem ficar mais baratas", projeta o ministro.

FALÊNCIA

Crise do SVB pode mudar política de juros nos Estados Unidos e no Brasil

A crise do banco americano SVB acendeu o sinal dos investidores para a possibilidade de mudanças nos rumos da política monetária naquele país, com reflexos também na trajetória da taxa básica de juros no Brasil.

Ontem, houve queda nas taxas de juros negociadas nos mercados americano e brasileiro. A expectativa para os juros nos EUA ao final de 2023 recuou de algo próximo de 5,5% para a casa dos 4,5% ao ano.

O Goldman Sachs, por exemplo, já avalia a possibilidade de que o Federal Reserve, o banco central americano, faça uma pausa no processo de alta de juros neste mês, na reunião marcada para a próxima semana.

A curva de juros no Brasil já indicava a aposta em um corte na taxa básica na reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) no final de junho. Ou seja, a expectativa era que o Banco Central ainda manteria a Selic nos atuais 13,75% ao ano nas duas reuniões anteriores, em 22 de março e 3 de maio. Agora, as taxas mostram que aumentou a aposta em uma antecipação desse corte.

Luiz Fernando Figueiredo, ex-diretor do BC e presidente do Conselho de Administração da Jive Investments, afirma que os desdobramentos da crise do SVB podem levar a um corte da taxa básica mais cedo que o projetado anteriormente.

"Se houver um contágio grande no resto da economia (global), sem dúvida, isso pode antecipar uma queda de juros no Brasil. Não acho que é disso que estamos falando ainda, mas precisamos ver quais os desdobramentos dessa história."

Figueiredo afirma que o banco central e o Tesouro dos EUA agiram de forma certeira, tempestiva e abrangente, ao anunciarem medidas de socorro ao sistema financeiro local. Também destaca a reação do mercado neste primeiro momento, melhor que a esperada. Mas disse que é preciso esperar para ver se mais instituições precisarão de ajuda e se será possível socorrê-las. "Isso tudo está em aberto."

Matheus Pizzani, economista da CM Capital, afirma que um aumento menor dos juros nos EUA, como precificado neste momento pelo mercado, é apenas um dos fatores que podem abrir caminho para o Banco Central do Brasil cortar a taxa básica mais cedo que o esperado. "Vale destacar que este processo seguiria atrelado às melhorias no campo fiscal e a subsequente melhora nas expectativas (de inflação) dos agentes de mercado.

RECEITA FEDERAL

Entrega do Imposto de Renda 2023 começa amanhã

A entrega da declaração do Imposto de Renda 2023 começa amanhã, com novas regras e prazo maior. A Receita Federal espera receber entre 38,5 milhões e 39,5 milhões de documentos até 31 de maio, último dia para prestar contas.

Neste ano, quem teve movimentação maior do que R$ 40 mil na Bolsa de Valores ou vendeu ações com lucro que obriga a pagar o IR terá de declarar. Além disso, quem optar pela declaração pré-preenchida ou escolher receber a restituição por Pix vai entrar na fila de prioridades para pagamento da restituição.

O programa do Imposto de Renda já está disponível para donwload no site da Receita Federal, em https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/download/pgd/dirpf.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 28º 20º 85% 06:08 18:22 **VERÃO:** Sol com poucas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

FAKE NEWS

Relator e Dino querem agência regulatória para redes sociais

O relator do projeto de lei das fake news, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) mencionou, ontem a necessidade de incluir na nova legislação de internet um órgão regulatório que aja paralelamente à autorregulação das plataformas, no que é conhecido como autorregulação regulada ou corregulação.

Com isso, as empresas estariam encarregadas de desenhar suas políticas e regras e aplicá-las, mas estariam sujeitas à supervisão de um órgão regulatório.

"A autorregulação das plataformas digitais se mostrou insuficiente para atender às necessidades do debate público. É necessário que a autorregulação se some à regulação", disse o deputado durante evento organizado pela FGV, Globo e IDP (Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa).

Ele sugere a autorregulação regulada nos moldes da lei alemã. "É inimaginável falar de regulação e não ter órgão regulador, que possa colocar em prática multas. Há que se ter mecanismo com atribuições regulatórias", afirmou.

No texto atual do PL (projeto de lei) 2630, conhecido como PL das Fake News, não há órgão regulatório, e o governo resistia em propor a criação dessa instância temendo que pudesse ser tachada de um "ministério da verdade" e dificultasse a aprovação das propostas.

No entanto, o ministro da Justiça, Flávio Dino, admitiu no mesmo evento a necessidade de criar na legislação uma agência reguladora para fiscalizar o cumprimento das novas regras.

Dino afirmou que a agência precisa "ter certos atributos de independência" e envolver a sociedade civil e agências de checagem, "mas com leveza". "Não pode ser a criação de um novo aparato burocrático pesado de difícil manejo porque se choca com a própria lógica da internet."

O relator do PL das Fake News enfatizou que a imunidade parlamentar e o pagamento das plataformas por conteúdo jornalístico precisam estar na nova regulação das redes.

O governo finaliza sua proposta de regulação que será discutida com Orlando ainda nesta semana, para incorporá-la no PL. Mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) resiste à inclusão da extensão da imunidade parlamentar ao ambiente online.

O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), não abre mão da imunidade, que foi promessa de sua campanha para a reeleição na Câmara. O governo discute uma mudança na linguagem do PL que seja aceitável para o Congresso e o Executivo.

Já o pagamento por conteúdo jornalístico é anátema para as plataformas de internet, que resistem à medida e afirmam que ela servirá para financiar desinformação, uma vez que seria difícil determinar quem é realmente jornalista. Do outro lado, parte do Congresso e veículos de mídia apoiam a medida com o argumento de que o jornalismo profissional precisa ser remunerado.

COVID-19

CGU manda ministério divulgar cartão de vacinação de Bolsonaro

A CGU (Controladoria-Geral da União) determinou que o Ministério da Saúde divulgue o cartão de vacinação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A informação será pública após o órgão concluir uma investigação sobre a suposta inserção de dados falsos na carteira de imunização do então mandatário.

A decisão foi tomada pela Controladoria depois de a informação ser negada pelo Ministério da Saúde. Após sucessivos recursos, chegou até o órgão, que dá a palavra final sobre acesso a informações públicas. O prazo legal para que a Saúde recorresse da decisão se encerrou ontem.

No seu parecer, a instituição aponta duas razões para liberar o acesso aos dados. Primeiro, a de que o próprio Bolsonaro já mostrou o cartão. Com isso, não haveria porque manter o dado sigiloso, já que seu proprietário a teria tornado pública.

Além disso, prossegue a CGU, "o acesso às informações que comprovam a autenticidade das declarações feitas voluntariamente pelo ex-Chefe de Estado, no que se refere ao seu status vacinal, possui interesse público geral e preponderante, pois influenciaram a política pública de imunização do Estado brasileiro durante a crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19".

Essa linha de pensamento já tinha sido explicitada pelo ministro da CGU, Vinicius de Carvalho, em entrevista a Folha no início de fevereiro deste ano.

"Há uma discussão quando se está diante de uma política pública de vacinação no meio de uma pandemia. As pessoas eram estimuladas ou desestimuladas a se vacinarem e isso gerava impacto no índice de contaminação, nas mortes. Em uma situação como essa, será que há interesse público numa carteira de vacinação de uma autoridade pública? A discussão é legítima e a decisão vai ser tomada pela área técnica da CGU", disse ele na ocasião.

Agora, a CGU precisa concluir uma Investigação Preliminar Sumária que apura uma possível inserção de dados falsos no sistema do Ministério da Saúde que armazena informações sobre vacinação. O objetivo é "observar a autenticidade e a integridade das informações eventualmente sob custódia do órgão público".

CONTRABANDO

Bolsonaro se diz à disposição da PF e oferece entrega de joias ao TCU

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) enviou ofício ontem à Polícia Federal dizendo que está à disposição do órgão para prestar depoimento sobre o caso das joias enviadas pela Arábia Saudita e pediu que o TCU (Tribunal de Contas da União) fique com os artigos até que acabem as investigações.

A defesa de Bolsonaro argumentou que tomou a decisão diante das notícias publicadas em veículos de imprensa, "mesmo sem poder afirmar a fidedignidade da informação, já que não recebeu qualquer intimação ou teve ciência de forma oficial, senão pelos veículos de imprensa".

"O peticionário comparece de forma espontânea perante esta delegacia, colocando-se, desde logo, à total disposição para atender a quaisquer determinações no interesse do esclarecimento da verdade real, especialmente sua oitiva", diz o documento enviado à Delegacia de Crimes Fazendários de São Paulo.

Na última quinta-feira, o ministro do TCU Augusto Nardes proibiu que o ex-presidente use ou venda os artigos de luxo enviados a ele por intermédio do ex-ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia).

Em decisão publicada na noite de quinta-feira passada, Nardes determinou que Bolsonaro deve preservar "intacto, na qualidade de fiel depositário, até ulterior deliberação desta corte de contas, abstendo-se de usar, dispor ou alienar qualquer peça oriunda do acervo de joias objeto do processo em exame".

Albuquerque liderou uma comitiva para um evento internacional na Arábia Saudita. No retorno, um assessor do então ministro teve apreendido na Receita no aeroporto de Guarulhos (SP) um conjunto de itens de luxo que inclui colar, brincos, anel e relógio da marca suíça Chopard. O valor desses objetos foi estimado em cerca de R$ 16,5 milhões.

Um segundo estojo ingressou no país sem declaração à Receita e foi incorporado ao acervo pessoal de Bolsonaro. Ele continha relógio, caneta, abotoaduras, um tipo de rosário e anel, também da marca suíça Chopard. Não há estimativa de valor desse segundo pacote.

FALA TRANSFÓBICA

Entidades pressionam Mendonça por punição contra Nikolas

A Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) e o Gadvs (Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero) vão endereçar ao ministro André Mendonça, do STF (Supremo Tribunal Federal), uma petição em que cobram que o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) seja responsabilizado por uma fala transfóbica feita na tribuna da Câmara.

O episódio ocorreu na semana passada, durante o Dia da Mulher. Ao tomar a palavra, o parlamentar colocou uma peruca loira na cabeça e ironizou a existência de mulheres transexuais. "Hoje eu me sinto mulher. Deputada Nicole", ironizou, perante seus colegas.

"As mulheres estão perdendo seu espaço para homens que se sentem mulheres. Para vocês terem ideia do perigo de tudo isso, eles estão querendo colocar a imposição de uma realidade que não é a realidade", continuou.

Por causa das declarações de cunho transfóbico, Nikolas se tornou alvo de pedidos de cassação e de notícias-crime enviadas ao STF -que serão relatadas por Mendonça.

Para a Antra e o Gadvs, a atitude do deputado do PL buscou "criar pânico moral na sociedade", atacou a dignidade das mulheres transexuais e configurou o crime de transfobia. Elas ainda lembram que, no passado, a corte enquadrou a transfobia e a homofobia na lei dos crimes de racismo.

"Que o ministro do Supremo Tribunal Federal André Mendonça não se abstenha de responsabilizar o deputado pelo discurso transfóbico, com flagrante intenção de inferiorizar e humilhar mulheres trans devido sua condição", afirma a petição, que será aberta para assinaturas.

"Não punir a transfobia explícita deste caso seria consentir a sua naturalização e autorizar que outras pessoas sigam proferindo discursos de ódio contra à comunidade trans", segue o documento.

As entidades ainda rechaçam a hipótese de Nikolas Ferreira estar protegido pela imunidade parlamentar, uma vez que a sua fala teria incorrido em crime, ou então pelo direito fundamental à liberdade de expressão ou de crença religiosa.

"A atitude do deputado, além de ser vergonhosa e lamentável, estimula atos de violência contra pessoas trans e travestis e precisa ser responsabilizada", afirmam.

De acordo com um dossiê realizado pela Antra, o Brasil ainda é o país que mais mata pessoas trans no mundo. Das 131 mortes registradas no ano passado, 130 eram de mulheres trans e travestis. Cerca de 90% das vítimas tinham entre 15 e 40 anos de idade.

TRANSPORTE

Aplicativo da Prefeitura tem 9.845 motoristas e começa a operar dia 24

O aplicativo MobizapSP, criado pela Prefeitura de São Paulo para concorrer com empresas como Uber e 99, conta com 9.845 motoristas já habilitados pelo sistema, até as 8h de ontem, segundo a STM (Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito).

O aplicativo começará a funcionar, de acordo com a Prefeitura de São Paulo, ainda neste mês de março, entre os dias 22 de 24.

Mais de 10 mil passageiros já se cadastraram para utilizar o aplicativo, ainda segundo a gestão municipal.

A aplicativo foi lançado na quinta-feira passada e, no dia seguinte, tinha 23 mil usuários inscritos –sobre os quais ainda não havia definição se seriam motoristas ou passageiros.

A situação indefinida dos usuários, segundo a SMT, ocorre devido a uma das opções de inscrição. Quem visita o site do aplicativo possui três opções de cadastro, e em uma delas o usuário pode se identificar como "Motorista+Passageiro", ou seja, com interesse em usar a plataforma nas duas modalidades.

Segundo a secretaria, os requisitos mínimos para ser motorista de aplicativo são a apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais; a CNH (Carteira Nacional de Habilitação) na categoria B ou superior, contendo a informação de que exerce atividade remunerada; comprovante de residência; os certificados Conduapp e Csvapp –cadastros obrigatórios na cidade.

O MobizapSP foi lançado nas lojas virtuais de aplicativo, mas a prefeitura avisou que as viagens só estarão disponíveis quando houver entre 10 mil e 12 mil motoristas aptos cadastrados.

Nas duas maiores empresas do ramo, são mais de 200 mil motoristas cadastrados, segundo o relatório da CPI dos Aplicativos da Câmara Municipal. No fim do ano passado, eram 155 mil motoristas ativos na Uber e 99 mil cadastrados na 99, diz o documento. As duas empresas não costumam divulgar os números.

A promessa da gestão Ricardo Nunes (MDB) é de que o MobizapSP ofereça uma remuneração maior aos motoristas autônomos em relação às maiores empresas do ramo. A taxa de administração cobrada para operar a plataforma é de 10,95%, ou seja, o motorista deve receber 89,05% do valor pago pelo passageiro. Segundo a CPI, a taxa cobrada chega a 60% em alguns casos.

O anúncio de um aplicativo público de transporte individual, que promete destinar quase 90% do valor das viagens aos motoristas, gerou questionamentos entre empresas do ramo. A Amobitec (Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia) afirmou que qualquer empresa do ramo deve pagar os mesmos impostos e taxas que seus concorrentes.

A associação comparou o MobizapSP com o aplicativo Valeu, de delivery de comida, lançado no ano passado pela Prefeitura do Rio de Janeiro. O app foi suspenso pela Justiça por entender que a livre concorrência no setor havia sido prejudicada.

O contrato assinado entre a SMT e o Consórcio C3 prevê que a taxa de administração da empresa, de 10,95% do valor da viagem, seja usada para arcar com todas as despesas da operação, inclusive "tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas previdenciários, fiscais e comerciais incidentes".

Para o coordenador de mobilidade urbana do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), o aplicativo público pode funcionar desde que não receba nenhum tipo de subsídio público ou isenção fiscal. Isso porque Política Nacional de Mobilidade Urbana, de 2012, define que o poder público deve investir em soluções como ônibus, metrô e trem, e desestimular o uso de transporte individual.

"A grande diferença entre esse aplicativo (MobizapSP) e o Uber é que a taxa de admnistração (fixa) está prevista em contrato e não tem tarifa dinâmica, então ela vai ter uma vantagem competitiva no preço. De resto, é uma empresa convencional", diz Calabria.

Ele diz que só será possível avaliar a viabilidade financeira da empresa com uma taxa tão abaixo do mercado —motoristas relatam que ao menos 40% dos valores das corridas são destinadas às empresas, normalmente— e a competitividade do preço com o tempo. "Quando não vale a pena para o empresário, eles normalmente não entram na licitação. No interior, há empresas menores que operam com remunerações maiores aos motoristas."

RAUL BRASIL

Massacre em escola completa quatro anos

O massacre na escola Raul Brasil, em Suzano, em São Paulo, completa esta semana quatro anos. O crime resultou na morte de sete pessoas. Os autores, que eram ex-alunos da instituição de ensino, se suicidaram após a tragédia. As pessoas que forneceram as armas de fogo aos criminosos chegaram a ser presas, condenadas e cumpriram penas de quatro anos, convertidas em prestação de serviços à comunidade.

O que se sabe através das investigações é que os autores do crime eram ativos em fóruns da internet, onde predominam os discursos de ódio misóginos, supremacismo branco, bullying e nazismo. Esses discursos continuam reverberando entre a juventude. Muitos jovens, principalmente os homens, frustrados por diversas razões, são cooptados para esses grupos violentos em fóruns da web.

De acordo com o psicanalista Christian Dunker, muitos deles veem na violência um meio de ligação com a ideia do homem viril e másculo.

"Isso vai aparecer infiltrado em muitas narrativas literárias, musicais e ritualísticas. Muitas têm a ver com ritos de passagem que definem o que é um homem. Muitas delas vão explorar essa ligação.

'O que se espera de um homem mais masculino. É o seu potencial de violência.' Seu potencial de exercer sua força e poder sobre um outro", disse.

A professora da Universidade Federal do Ceará e ativista feminista, Lola Aronovich, é uma das vítimas de ameaças e difamação desses grupos e estuda profundamente o assunto há mais de 12 anos.

Ela detalhou como funciona a cooptação desses jovens para os atos mais violentos em grupos das redes sociais. Um relatório com diagnóstico desse tipo de violência nas escolas e possíveis soluções foi elaborado na transição do governo Lula em dezembro de 2022, intitulado "O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental."

ITAGUAÍ CONSTRUÇÕES NAVAIS S.A. CNPJ: 10.827.182/0001-22

DFs ENCERRADAS EM 31/12/2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Diretoria – 2022: Srs. Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as DFs referentes ao exercício findo em 31/12/22, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. RJ, 08/03/23. A Diretoria.

Balanço patrimonial em 31/12/2022 e 2021	2022	2021
Ativo	301.420	344.721
Circulante	239.692	316.659
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	22.589	8.097
TVM (Nota 5)	65.460	12.590
Contas a receber (Nota 9)	90.810	274.128
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 10)	1.263	705
Adiantamentos a fornecedores	7.166	252
Despesas antecipadas (Nota 12)	5.331	2.907
I.R. e C.S. a compensar (Nota 11)	32.107	10.210
Impostos a recuperar	7.536	228
Estoques	6.048	5.056
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 16)	-	1.351
Outros	1.382	1.135
Não circulante	61.728	28.062
Despesas antecipadas (Nota 12)	2.969	2.718
I.R. e C.S. diferidos (Nota 11)	52.335	16.722
Imobilizado (Nota 6)	6.424	8.622
Total do passivo e do patrimônio líquido (negativo)	301.420	344.721
Circulante	214.217	259.171
Fornecedores	9.796	15.758
Salários e encargos sociais a pagar (Nota 7)	52.555	48.596
Obrigações fiscais	9.625	7.124
Adiantamentos de cliente (Nota 15)	17.746	37.010
Valores faturados e recebidos em excesso a receita de construção recebida (nota 9)	103.389	-
Dividendos a pagar (Nota 8.c)	-	3.082
Empréstimo com parte relacionada (Nota 10)	-	145.595
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 16)	21.106	2.006
Não circulante	118.950	31.315
Empréstimo com parte relacionada (Nota 10)	83.440	-
Provisão para encargos trabalhistas (Nota 7)	35.510	31.315
Patrimônio líquido (negativo) (Nota 8)	(31.747)	54.235
Capital social	1.725	1.568
Reserva legal	-	313
Reserva especial	-	43.105
Dividendos adicionais propostos	-	9.249
Prejuízos acumulados	(33.472)	-

Demonstração do resultado	2022	2021
Receita líquida (Nota 9)	271.690	368.573
Custos de produção (Nota 13)	(378.974)	(349.448)
Lucro (prejuízo) bruto	(107.284)	19.125
Outras receitas operacionais	202	963
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	(107.082)	20.088
Resultado financeiro (Nota 14)		
Despesas financeiras	(75.739)	(14.334)
Receitas financeiras	57.681	7.433
Lucro (prejuízo) antes do I.R. e da C.S.	(125.140)	13.187
I.R. e C.S. correntes (Nota 11)	-	(460)
I.R. e C.S. diferidos (Nota 11)	36.072	(199)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(89.068)	12.528

Demonstração do resultado abrangente	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(89.068)	12.528
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	(89.068)	12.528

Demonstração dos fluxos de caixa	2022	2021
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do I.R. e C.S.	(125.140)	13.187
Ajustes		
Provisão para encargos trabalhistas	4.195	(4.229)
Variação cambial	(17.961)	-
Juros		-
Depreciação e amortização	2.966	5.699
	(135.940)	14.657
(Aumento) redução nos ativos e passivos		
Adiantamentos a fornecedores	(6.914)	669
Contas a receber	182.760	(251.543)
Despesas antecipadas	(2.675)	4.521
I.R. e C.S. a compensar	(21.897)	5.804
Fornecedores	(5.962)	3.794
Salários e encargos sociais a pagar	3.959	4.526
Obrigações fiscais	2.501	1.279
Adiantamentos de cliente	84.125	19.264
I.R. e C.S. correntes e diferidos	-	(919)
PIS e COFINS a recuperar	(7.308)	3.061
Outros	(825)	88
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	91.824	(194.799)
Atividades de investimento		
TVM	(52.870)	47.518
(Aquisição/Baixa) de imobilizado, líquido	(768)	(159)
Fluxo de caixa líquido aplicado (gerado) nas (pelas) atividades de investimento	(53.638)	47.359
Atividades de financiamento		
Empréstimos com partes relacionadas	(44.145)	145.595
Operações com derivativos	20.451	-
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(23.694)	145.595
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	14.492	(1.845)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.097	9.942
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	22.589	8.097
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	14.492	(1.845)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Reserva legal	Lucros (Prejuízos) acumulados	Dividendos adicionais propostos	Reserva especial	Total
Saldos em 31/12/2020	1.425	259	-	-	43.105	44.789
Lucro líquido do exercício	-	-	12.528	-	-	12.528
Destinação do resultado do exercício						
Aumento de capital	143	-	(143)	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	54	(54)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(3.082)	-	-	(3.082)
Dividendos adicionais propostos	-	-	(9.249)	9.249	-	-
Saldos em 31/12/2021	1.568	313	-	9.249	43.105	54.235
Reversão dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2021 (Nota 8.c)	-	-	-	-	3.082	3.082
Reversão dos dividendos adicionais do exercício de 2021 (Nota 8.c)	-	-	-	(9.249)	9.249	-
Prejuízo do exercício	-	-	(89.068)	-	-	(89.068)
Apropriação do prejuízo do exercício	-	(313)	55.596	-	(55.279)	-
Aumento de capital (Nota 8.a)	157	-	-	-	(157)	-
Saldos em 31/12/2022	1.725	-	(33.472)	-	-	(31.747)

Notas explicativas às DFs 31/12/2022 (Valores expressos em milhares de reais,exceto quando indicado de outra forma): 1. Contexto operacional: A Itaguaí Construções Navais S.A. (a "Cia.") é uma sociedade por ações fechada, que se rege por seu Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. A Cia. tem por objeto social: (A) preponderantemente, (i) a fabricação, construção, e manutenção de 4 submarinos convencionais ("S-BRs") e um submarino de propulsão nuclear ("SN-BR"), incluindo a montagem dos sistemas operacionais e de software exigidos; (ii) operação e manutenção de um estaleiro naval de propriedade da Marinha do Brasil; (iii) prestação de serviços e fornecimento diretamente relacionados à fabricação, construção e manutenção de 4 S-BR e 1 SN-BR; e (iv) importação e exportação de bens diretamente relacionados à fabricação, construção, e manutenção de 4 S-BR e 1 SN-BR; e (B) subsidiariamente, (i) a elaboração e a execução de projetos de engenharia, fabricação, construção, integração, operação, reparo e manutenção relativos a meios navais militares destinados às forças armadas nacionais e estrangeiras ou de embarcações de interesse nacional, incluindo, mas não se limitando a embarcações combatentes ou não combatentes, submarinos convencionais e de propulsão nuclear, instalação e montagem de sistemas e subsistemas (hardware e software); e (ii) outras atividades acessórias necessárias à consecução do objeto social da Cia.. Os contratos com a Marinha do Brasil para os S-BRs (contrato 1B) e SN-BR (contrato 2B) são o propósito específico da existência da Cia. relativo ao cumprimento do objeto social descrito acima, os quais foram celebrados em 3/09/2009. Em 31/12/2022, a situação de cada embarcação ("S-BRs") era a seguinte: • O SBR1 (Riachuelo) foi entregue ao Setor Operativo da Marinha do Brasil em 26/08/2022 (Assinatura do Termo de Recebimento e Aceitação Provisório–TRAP), dando início ao seu período de garantia de 12 meses. Em janeiro de 2023, a Cia. assinou com a Marinha do Brasil o contrato de serviços de manutenção, dando início ao 1º período de manutenção programada do SBR1, além da resolução de pendências identificadas por ocasião da entrega à Marinha do Brasil. • O SBR2 (Humaitá) foi transferido para o cais em 30/08/2022, dando início ao período de testes e provas no cais, incluindo o cruzamento dos Marcos de Segurança J07 (*Bollard Trial*) em setembro de 2022, J05 (*Submarine Power-up*) em outubro de 2022 e J08 (*Static Dive*) em novembro de 2022. Em dezembro de 2022, foi cruzado o Marco de Segurança J09 (*First Sea Outing*), marcando o início de seu período de testes e provas de mar. Em janeiro de 2023, o SBR2 iniciou o preparo para realização da primeira imersão em situação de cruzeiro, visando sua entrega à Marinha do Brasil prevista para o mês/10/2023. • O SBR3 (Tonelero) teve seus elementos de bateria embarcados em julho de 2022, sendo a primeira carga completa realizada em setembro de 2022. As atividades de completação final e comissionamento estão progredindo visando seu lançamento ao mar previsto para o 2º semestre de 2023. • O SBR4 (Angostura), se encontra na Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM) com seus *cradles* embarcados em suas seções, com exceção do *cradle* de ventilação. As atividades de acabamento estão progredindo visando a transferência das seções para o Estaleiro de Construção (ESC), onde se dará a união final no 2º semestre de 2023. Em relação ao SN-BR (denominado atualmente como SCPN), o projeto encontra-se em fase de revisão orçamentária pela ICN e deverá ter uma primeira apresentação para Marinha do Brasil até o fim do 1º semestre de 2023. Até o final de 2023, haverá uma fase de negociação entre a ICN e Marinha do Brasil para definição do novo preço do contrato, com expectativa de que possa ser assinado em 2024. Além do contrato para fabricação dos Submarinos SBR´s, durante o ano de 2022 a Cia. iniciou a operação de novos contratos com a Marinha do Brasil, conforme detalhado abaixo: Contrato de Seção de Qualificação: O Contrato de Seção de Qualificação foi assinado em 10/12/2021, tendo por objeto a fabricação, construção e entrega à Marinha do Brasil das Seções de Qualificação Preliminar do SN-BR, bem como dispositivos de montagem. A Seção de Qualificação encerrou o ano de 2022 com o cumprimento do marco P0+12. Os dois marcos realizados durante o ano de 2022 englobam a finalização de todos os *jigs* de fabricação em montagem de cavernas, incluindo almas e flanges. O valor total dos serviços previstos no referido contrato é de R$146.600, tendo sido reconhecida uma receita de serviços no valor de R$17.573 no exercício findo em 31/12/2022, conforme Nota 9. Contrato do Bloco 40: Contrato assinado em 09/05/2022, no valor total aproximado de R$356.000, tendo como objeto a fabricação e montagem eletromecânica de sistemas do LABGENE (protótipo, em terra, da planta nuclear do futuro submarino com propulsão nuclear brasileiro), através do qual a ICN prestará os seguintes serviços: (i) como parte da fase preliminar, são previstas a execução de atividades anteriores à fabricação e montagem eletromecânica do LABGENE, envolvendo a instalação do ambiente controlado, a elaboração da metodologia construtiva e sequência lógica e a preparação industrial em conformidade com a especificação técnica adequada; (ii) fabricação das tubulações, suportes e acessórios estruturais, bem como a maior parte das atividades de montagem eletromecânica dos sistemas de contenção, instalação de equipamentos, penetrações, blindagens, isolamento térmico, pintura, inspeções e testes; e (iii) finalização da montagem eletromecânica dos sistemas. Durante o ano de 2022 foram realizadas atividades preliminares em conjunto com as duas principais empresas subcontratadas. Dentre essas atividades, destacam-se a elaboração de documentação de qualidade e documentos sistêmicos para a certificação da obra junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), início do fornecimento do ambiente controlado e canteiro de obras, além de toda a preparação e compra de materiais de blindagem. Conforme Nota 9, durante o exercício findo em 31/12/2022, o total da receita de serviços reconhecida com o referido contrato foi de R$19.278. Contrato ISS (Manutenção): O Contrato ISS (Manutenção) foi assinado em 10/08/2022, tendo como objeto a contratação de serviços de engenharia correspondentes a execução e gerenciamento das Manutenções Preventivas associadas a cinco Períodos de Manutenção Atracado (PMA) do Submarino S-40 Riachuelo, um PMA do Submarino S-41 Humaitá, a preparação do 1º Período de Docagem de Rotina (POR) do Submarino S-40 Riachuelo, e serviços adicionais sob demanda de manutenção corretiva por ventura necessários durante o período de vigência deste contrato, não cobertos pelas Cláusulas de Garantia do Contrato de Construção dos SBR e, também sob demanda, fornecimento de insumos de estaleiro para o 1º POR do Submarino S-40 Riachuelo. Até o final de 2022 ficaram prontos os cadernos de manutenção das 187 atividades do IMA (*Intermediate Maintenance Availability*), cuja execução foi iniciada em janeiro de 2023. O valor total previsto com o contrato é de R$31.751, tendo sido reconhecida uma receita de serviços de R$1.964 no exercício findo em 31/12/2022, conforme Nota 9. Passivo a descoberto: Em 31/12/2022, a Cia. apresenta patrimônio líquido negativo de R$31.747 (positivo de R$54.235 em 31/12/2021), devido principalmente à redução da expectativa de margem do contrato 1B, em função do aumento da expectativa dos custos para a conclusão do referido contrato. A Diretoria aprovou o novo orçamento do contrato 1B durante o mês/11/2022 e espera uma melhora da margem do contrato nos próximos anos com os aditivos contratuais em negociação com a Marinha do Brasil e programas de redução de custos. Atrelado à essa expectativa de melhora de margem e aos novos contratos de negócios descritos acima, a Administração pretende reverter durante os próximos exercícios a condição do patrimônio líquido negativo da Cia.. **2. Apresentação das DFs:** As DFs foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As DFs da Cia. referentes ao exercício findo em 31/12/2022 foram aprovadas pela Diretoria em 08/03/2023. As DFs foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos financeiros mensurados pelo valor justo (equivalentes de caixa, TVM e derivativos). **3. Descrição das principais práticas contábeis:** a) Reconhecimento da receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Cia. e quando possa ser mensurada de forma confiável independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Cia. avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal nos seus contratos de receita descritos no próximo tópico. a.1) *Receita de contratos:* Os contratos com execução de projetos, objeto da razão social da Cia., são negociados a um preço fixo, especificamente para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos intimamente relacionados ou interdependentes em termos de projeto, tecnologia e funções ou de propósito final. A receita com execução de projetos é reconhecida levando-se em conta o estágio de execução do contrato na data base das DFs. O método utilizado para determinar o estágio de execução é o POC (*Percentage-of-Completion* ou Método da Percentagem Completada), que considera a proporção entre os custos efetivamente incorridos com os serviços executados e o total dos custos orçados para a execução do contrato de construção. A receita de contratos é reconhecida em contrapartida ao contas a receber de clientes. Caso os valores efetivamente recebidos sejam superiores aos valores registrados no contas a receber da Cia., incluindo os valores faturados e ainda não faturados, referida diferença é registrada no passivo circulante por meio da rubrica "Valores faturados e recebidos em excesso à receita de construção". Quando for provável que os custos totais do contrato ultrapassem a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como despesa. As alterações na execução e nas condições do projeto, bem como na lucratividade estimada, incluindo as mudanças resultantes de cláusulas contratuais de multa e de quitações contratuais, que poderão resultar em revisões de custos e de receitas, são reconhecidas no período em que tais revisões são efetuadas. a.2) *Receita financeira:* A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. b) Instrumentos financeiros–reconhecimento inicial e mensuração subsequente: i) *Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Cia. são classificados em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros da Cia. foram integralmente classificados na categoria de ativos financeiros ao custo amortizado, exceto com relação as aplicações financeiras, classificadas como ativo financeiro a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. *Desreconhecimento:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Cia. transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um 3º nos termos de um contrato de repasse e (a) a Cia. transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Cia. nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Cia. transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Cia. continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Cia. também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Cia.. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a Cia. pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). A seguir, demonstramos o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos ativos financeiros da Cia.: • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. • TVM: A Cia. classifica suas aplicações financeiras na categoria de mantidos para negociação, considerando o propósito para qual o investimento foi adquirido. As aplicações financeiras mantidas para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros e variações monetárias, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. ii) *Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Cia. são representados por contas a pagar a fornecedores e empréstimo a partes relacionadas. *Mensuração subsequente:* Passivos financeiros ao custo amortizado: Após reconhecimento inicial, as contas a pagar de fornecedores e empréstimos com partes relacionadas são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. *Desreconhecimento:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *Compensação de instrumentos financeiros:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. iii) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:* A Cia. utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. O instrumento derivativo Non-deliverable Fowards (NDF) é classificado como "mensurado ao valor justo", e suas variações são reconhecidas no resultado financeiro a cada data do balanço; c) Imobilizado: O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos ativos, conforme mencionado na Nota 6, e seu valor residual. A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que passam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. d) Outros ativos e passivos: Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cia. possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados através de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cia. e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. e) I.R. e C.S.: *Impostos correntes:* Esses tributos são calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das DFs. A Cia. adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o I.R. é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% (valores acima de R$240) e a C.S. sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Impostos diferidos ativos somente são reconhecidos quando sua realização for considerada provável. O I.R. e a C.S. corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das DFs. *Impostos diferidos:* O I.R. e a C.S. diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme o conceito descrito no pronunciamento técnico CPC 32–Imposto sobre o Lucro sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os seus correspondentes valores reconhecidos nas DFs, bem como sobre o prejuízo fiscal e a base negativa de C.S. apurados no exercício. O I.R. e a C.S. diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das DFs e aplicáveis quando o respectivo I.R. e a C.S. diferidos forem realizados. O I.R. e C.S. diferidos ativos são mantidos pelos valores esperados de realização. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos apenas se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. f) Classificação corrente versus não corrente: A Cia. apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Cia. classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. g) Julgamentos, estimativas e premissa contábeis críticas: A elaboração de DFs de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Cia. use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, custos orçados dos contratos de longo prazo, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências e outras avaliações similares, quando aplicável. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A principal premissa relativa a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, é discutida a seguir: *Reconhecimento de receita:* A Cia. usa o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar seus contratos a preço fixo. O uso do método POC requer que a Cia. estime o estágio de execução do contrato até a data-base do balanço como uma proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato. Os orçamentos dos projetos incluem estimativas efetuadas pela Cia. e, que afetam os custos totais orçados em função da possibilidade de ocorrência de alguns eventos como (i) atrasos parciais ou totais na entrega dos submarinos; e (ii) descolamento nos indexadores de correção da receita fixada nos contratos em relação aos de correção dos salários e insumos utilizados nas operações. h) Demonstração dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2)–Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. i) Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das DFs da Cia., estão descritas a seguir. A Cia. pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: exercícios anuais com início em ou após
CPC 50	Contratos de seguros	1º/01/2023
Alterações ao CPC 26	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º/01/2023
Alterações ao CPC 23	Definição de estimativas contábeis	1º/01/2023
Alterações ao CPC 10 -Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	(1º/01/2023)–Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

j) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022: A Cia. aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º/01/2022 (exceto quando indicado de outra forma). Essas alterações não tiveram impacto nas DFs da Cia.. A Cia. decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações das normas	Descrição	Aplicação obrigatória: exercícios anuais com início em ou após
CPC 37 (R1), CPC 48; CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1)	As alterações aos pronunciamentos descritos são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: (1) Contrato Oneroso–custos de cumprimento de contrato; (2) Ativo imobilizado–vendas antes do uso pretendido; e (3) Referências à estrutura conceitual.	1º/01/2022

4. Caixa e equivalentes de caix	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	17.534	177
Aplicações financeiras–Certificados de Depósito Bancário	5.055	7.920
	22.589	8.097

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa, mantidas no Banco SANTANDER, possuem liquidez diária, sendo os seus valores de mercado similares aos valores registrados contabilmente, sem risco significativo de alteração de valor e podendo ser resgatadas a qualquer momento sem qualquer penalidade. Essas aplicações financeiras são remuneradas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário, portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício.

5. TVM	2022	2021
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário	65.460	12.590
	65.460	12.590

As aplicações financeiras classificadas como TVM referem-se aos Certificados de Depósito Bancário (CDBs) emitidos em sua totalidade por instituições financeiras de primeira linha (Banco Santander, XP Investimentos e Banco Safra), sendo substancialmente remuneradas com base em 102% (100% em 31/12/2021) da variação do Certificado de Depósito Interbancário. Os Certificados de Depósito Bancário classificados como TVM possuem vencimentos originais superiores a três meses, não atendendo, portanto, os critérios para fins de classificação como caixa e equivalentes de caixa.

6. Imobilizado	Taxa anual de depreciação	2020	Adições	Baixas	2021
Edificações e instalações	10%	699	-	-	699
Máquinas e equipamentos	10%	75.497	272	(210)	75.559
Móveis e utensílios	10%	1.236	4	(5)	1.235
Veículos	20%	1.748	-	(120)	1.628
Equipamentos de informática	20%	6.911	230	(12)	7.129
		86.091	506	(347)	86.250
(-) Depreciação acumulada		(71.929)	(5.699)	-	(77.628)
		14.162	(5.193)	(347)	8.622

	Taxa anual de depreciação	2021	Adições	Baixas	2022
Edificações e instalações	10%	699	-	-	699
Máquinas e equipamentos	10%	75.559	239	(187)	75.611
Móveis e utensílios	10%	1.235	6	(1)	1.240
Veículos	20%	1.628	-	-	1.628
Equipamentos de informática	20%	7.129	733	(22)	7.840
		86.250	978	(210)	87.018
(-) Depreciação acumulada		(77.628)	(2.966)	-	(80.594)
		8.622	(1.988)	(210)	6.424

7. Salários e encargos sociais a pagar e provisão para encargos trabalhistas	2022	2021
Passivo circulante		
Provisão de férias	17.028	14.342
Participação nos resultados	7.818	11.359
Encargos sobre folha de pagamento	26.483	21.943
Outros	1.226	952
Total circulante	52.555	48.596
Passivo não circulante		
Provisão multa sobre FGTS	18.643	16.786
Provisão aviso prévio	16.867	14.529
Total não circulante	35.510	31.315
Total	88.066	79.911

8. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31/12/2022 e 2021, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, estava representado por 500.001 ações, todas nominativas, sem valor nominal, sendo 400.000 ações ordinárias, 100.000 ações preferenciais e uma ação preferencial especial. A Cia. está autorizada a aumentar, por deliberação da Assembleia Geral e independente de reforma estatutária, o capital social até o limite de 9.500.000 ações, sendo 7.600.000 ações ordinárias e 1.900.000 ações preferenciais, sendo certo, ainda, que a Cia. somente terá uma ação preferencial de classe especial. Cada ação ordinária confere a seu titular

ITAGUAÍ CONSTRUÇÕES NAVAIS S.A. CNPJ: 10.827.182/0001-22

DFs ENCERRADAS EM 31/12/2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais conferem apenas prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Cia.. A ação especial, detida pela Empresa Gerencial de Projetos Navais–EMGEPRON lhe confere o direito a voto e veto em assuntos específicos previstos no estatuto social da Cia.. Os contratos pactuados com a Marinha do Brasil determinam aumento de capital social da Cia. à razão de 10% ao ano. A fim de cumprir o determinado em tais contratos, a Cia. destinou o montante de R$157 (R$143 em 31/12/2021) da conta de reserva especial para aumento de seu capital social, sem emissão de novas ações. Dessa forma, o capital social da Cia. passou de R$1.568 em 31/12/2021 para R$1.725 em 31/12/2022. b) Reserva legal: A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, até o limite de 20% do capital social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31/12/2022, a reserva legal foi absorvida pelo prejuízo contábil do exercício 2022. c) Dividendos e reserva especial: Aos acionistas da Cia. estão assegurados dividendos mínimos obrigatórios não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Através de AGE, em 25/04/2022, os acionistas decidiram não realizar a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios de R$3.082, bem como os dividendos adicionais propostos de R$9.249 apurados durante o exercício de 2021. Dessa forma, através da referida assembleia, foi aprovada a destinação do valor de R$12.331 para a conta de reservas especial. Os valores da reserva especial foram absorvidos pelo prejuízo de R$89.068 apurado no exercício findo em 31/12/2022. **9. Valores faturados e recebidos em relação à receita de serviços:** Representado pela diferença dos valores totais faturados pela Cia., correspondentes ao atingimento dos marcos contratuais estabelecidos nos contratos de serviços, e aos valores totais correspondentes ao reconhecimento da receita de serviços mediante o progresso dos custos efetivamente incorridos em relação aos custos orçados, além de eventuais valores faturados e ainda não recebidos pela Cia.. Em 31/12/2022 e 2021, os saldos estão compostos da seguinte forma:

	2022	2021
Projeto 1B		
Receita total do projeto (1)	4.220.392	4.085.429
% de progresso dos custos incorridos (2)	82,5%	79,5%
Receita acumulada reconhecida (3)	3.483.422	3.247.298
Valores faturados e recebidos (4)	3.392.612	2.973.170
Valores não faturados a receber (5)	90.810	274.128
	2022	**2021**
Projeto SQ–Seção de Qualificação		
Receita total do projeto (1)	146.600	-
% de progresso dos custos incorridos (2)	11,8%	-
Receita acumulada reconhecida (3)	17.357	-
Valores faturados e recebidos (4)	55.387	-
Valores faturados em excesso à receita (6)	(38.030)	-
Projeto Bloco 40		
Receita total do projeto (1)	365.797	-
% de progresso dos custos incorridos (2)	5,3%	-
Receita acumulada reconhecida (3)	19.278	-
Valores faturados e recebidos (4)	83.645	-
Valores faturados em excesso à receita (6)	(64.367)	-
Projeto ISS Manutenção		
Receita total do projeto (1)	33.750	-
% de progresso dos custos incorridos (2)	5,8%	-
Receita acumulada reconhecida (3)	1.964	-
Valores faturados e recebidos (4)	2.956	-
Valores faturados em excesso à receita (6)	(992)	-
Total		
Receita bruta acumulada reconhecida	3.522.015	3.247.298
Receita bruta reconhecida no exercício	274.717	368.822
Total deduções	(3.027)	(249)
Total receita líquida	271.690	368.573
Valores faturados e recebidos	3.534.600	2.973.170
Valores não faturados a receber	90.810	274.128
Valores faturados em excesso à receita	(103.389)	-

(1) Representa o preço total atualizado, com base nas cláusulas contratuais, dos contratos de serviços em 31/12/2022. (2) Representa o percentual dos custos efetivamente incorridos pela Cia. na execução dos serviços em relação aos custos totais estimados pela Administração de acordo com suas melhores premissas e devidamente aprovados pelos órgãos de governança aplicáveis à Cia.. (3) Representa a receita acumulada reconhecida pela Cia. até o exercício findo em 31/12/2022 pelo método da percentagem completada, tomando como base o percentual dos custos incorridos. (4) Representa os valores totais faturados pela Cia. até o exercício findo em 31/12/2022, de acordo com o atingimento dos marcos contratuais previstos nos contratos de serviços, os quais já se encontram efetivamente recebidos na referida data. (5) Representa a diferença entre a receita acumulada reconhecida e os valores totais faturados pela Cia. até o exercício findo em 31/12/2022. Para o projeto 1B, o valor total recebido é inferior a receita reconhecida, dessa forma, a Cia. possui valores não faturados a receber (contas a receber) referente ao contrato. (6) Representa a diferença entre a receita acumulada reconhecida e os valores totais faturados pela Cia. até o exercício findo em 31/12/2022. Para os projetos SQ–Seção de Qualificação, Bloco 40 e ISS Manutenção, o valor total recebido é superior à receita reconhecida. Dessa forma, a Cia. possui valores faturados e recebidos em excesso (adiantamento) em relação à receita reconhecida com os respectivos contratos. **10. Partes relacionadas:** Durante os exercícios findos em 31/12/2022 e 2021, a Cia. realizou operação com a parte relacionada Naval Group referente à prestação de serviços técnicos de reparos nos submarinos SBRs 1 e 2, tomando como base as condições pactuadas entre as partes mediante contrato firmado de industrialização. Os valores faturados para a parte relacionada foram apurados com base nos custos incorridos pela ICN para a prestação dos referidos serviços. Em 31/12/2022, a Cia. possui R$1.263 (R$705 em 31/12/2021) a receber com a Naval Group em decorrência dos serviços descritos acima, sendo o total da receita reconhecida no exercício de R$6.334 (R$7.749 no exercício findo em 31 de dezembro 2021). Com base nos prazos de vencimento, Cia. possui expectativa de recebimento dos valores no curto prazo. Em dezembro de 2022, conforme contrato assinado entre as partes, foi realizado um adiantamento para empresa OECI (empresa do Grupo Odebrecht) no valor de R$6.700, referente a 10% do valor total acordado para a execução parcial dos serviços de engenharia, construção e montagem do contrato LABGENE (Bloco 40). Empréstimo com parte relacionada: O empréstimo em aberto que a Cia. possui junto à sua parte relacionada Naval Group, com vencimento originalmente previsto para 31/12/2022 em parcela única foi atualizado pela taxa de juros acordada de 0,5% ao ano. O valor em aberto em 31/12/2022 possui vencimento previsto para setembro de 2024 e taxa de juros de 2,5% ao ano, resultado da renegociação realizada pela Cia. e Naval Group. Ao longo do exercício findo em 31/12/2022, a Cia. realizou pagamentos no total de €26.100 mil, remanescendo o valor em aberto de €14.900 mil (equivalente a R$83.440) na referida data. Também foram apropriados no exercício findo em 31/12/2022 despesas com juros de R$908 (R$208 em 31/12/2021) e receita de variação cambial de R$18.408 (despesas de variação cambial de R$1.346 em 31/12/2021) referentes ao contrato de empréstimo com a Naval Group. Remuneração do pessoal-chave: No exercício findo em 31/12/2022 a remuneração total de salários dos diretores e dos principais executivos da Cia. foi de R$2.687 (R$2.890 em 31/12/2021). A Cia. não concede benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para os seus diretores e principais executivos e demais empregados.

11. I.R. e C.S.	2022	2021
Ativo circulante: A compensar	32.107	10.210
I.R. (i)	23.124	7.380
C.S. (i)	8.983	2.830
Ativo não circulante: Diferido	52.335	16.722
I.R.	38.458	12.288
C.S.	13.877	4.434

(i) A Cia. opta pela apuração do lucro real anual, e ao longo do exercício findo em 31/12/2022 realizou os pagamentos das DARFs (Documento de Arrecadação de Receitas Federais) de I.R. e C.S. de acordo com o resultado de suas apurações mensais. No entanto, a conclusão do processo de aprovação do orçamento da Cia., no mês/11/2022, resultou na redução da margem do contrato 1B e, consequentemente, a geração de prejuízo fiscal e base negativa de C.S. ao final do exercício findo em 31/12/2022. Os valores com I.R. e C.S. reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são como segue:

	2022	2021
Diferido	36.072	(199)
I.R.	26.507	(154)
C.S.	9.565	(45)
Corrente	-	(460)
I.R.	-	(348)
C.S.	-	(112)
Receita (despesa) de I.R. e C.S.	36.072	(659)

A reconciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais é como segue:

	2022	2021
Lucro (prejuízo) antes do I.R. e da C.S.	(125.140)	13.187
Alíquota nominal vigente	34%	34%
Valor do imposto pela alíquota prevista	42.548	(4.484)
Adições		
PLR diretores	(89)	(151)
Taxas e tributos federais	(329)	(483)
Aluguéis de diretoria	(273)	(263)
Juros excedentes	(333)	-
Recuperação de custos	(404)	-
Outros	(8)	(83)
Exclusões		
Crédito de inovação tecnológica nos termos da Lei 11.196/2005	-	4.805
Créditos fiscais de base negativa não constituídos	(5.040)	-
Total	36.072	(659)

O I.R. e a C.S. diferidos em 31/12/2022 são compostos da seguinte forma: (i) R$18.811 (R$16.722 em 31/12/2021) decorrente diferenças temporárias relacionadas a provisões para encargos trabalhistas; e (ii) R$33.524 sobre o prejuízo fiscal apurado no exercício findo em 31/12/2022. A Administração considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32–Tributos sobre o Lucro, a Cia. estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

2023	5.737
2024	8.492
2025	10.476
2026	7.925
2027 até 2030	19.705
	52.335

Os prejuízos fiscais e as bases negativas do I.R. e da C.S. não possuem prazo de prescrição para fins de compensação. Contudo, sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável do exercício em que houver a compensação. **12. Despesas antecipadas:** As despesas pagas antecipadamente são registradas pelos valores efetivamente pagos e são reconhecidas no resultado à medida que seus benefícios são obtidos. Tais despesas antecipadas estão relacionadas aos seguros descritos abaixo: • Seguro garantia de performance contratado junto à Fator Seguros S.A., com prêmio pago de R$9.513, vencimento em dezembro de 2023 e montante a apropriar no curto prazo de R$2.718. • Seguro garantia contratado junto à Fator Seguros S.A., com prêmio pago de R$2.060, vencimento em novembro de 2025, montante a apropriar no curto prazo de R$575 e longo prazo de R$1.102. • Seguro garantia contratado junto à Fator Seguros S.A., com prêmio pago de R$1.168, vencimento em outubro de 2025, montante a apropriar no curto prazo de R$292 e longo prazo de R$535. • Seguro garantia de riscos operacionais contratado junto à Chubb Seguros Brasil S.A., com prêmio pago de R$2.531, vencimento em 01 de julho 2023 e montante a apropriar no curto prazo de R$932. • Seguro de riscos do construtor naval contratado junto à Fairfax Brasil Seguros, com prêmio pago de R$1.050, vencimento em fevereiro de 2026, montante a apropriar no curto prazo de R$263 e no longo prazo de R$569. • Seguro de responsabilidade civil contratado junto à HDI Global Seguros, com prêmio pago de R$317, vencimento em fevereiro de 2026, montante a apropriar no curto prazo de R$88 e no longo prazo de R$184. Os demais seguros a apropriar possuem os valores a apropriar de R$463 e R$579, no curto e no longo prazo, respectivamente. No exercício findo em 31/12/2022, o valor apropriado com despesas com seguros foi de R$25.782 (R$24.901 em 31/12/2021). A apropriação dos seguros no resultado do exercício é efetuada de acordo com a passagem do risco, a qual está substancialmente alinhada com o valor das parcelas anuais.

13. Custos de produção	2022	2021
Pessoal	(250.874)	(240.429)
Serviços de terceiros	(53.379)	(44.856)
Seguros	(25.782)	(24.901)
Materiais	(24.710)	(16.801)
Depreciação	(3.235)	(5.699)
Viagens	(1.535)	(781)
Energia elétrica	(14.707)	(10.869)
Outros	(4.752)	(5.112)
	(378.974)	(349.448)

14. Resultado financeiro	2022	2021
Receitas financeiras	57.681	7.433
Rendimentos auferidos nas aplicações financeiras	6.986	1.255
Atualização de créditos tributários	730	182
Variação cambial	49.965	4.645
Instrumentos financeiros–derivativos	-	1.351
Despesas financeiras	(75.739)	(14.334)
Impostos sobre receita financeira	(425)	(784)
Variação cambial	(31.590)	(5.999)
Instrumentos financeiros–derivativos	(38.132)	(2.006)
Multas e juros	(5.592)	(5.545)
Resultado financeiro, líquido	(18.058)	(6.901)

15. Adiantamentos de cliente: Saldo de adiantamentos de cliente representado pelo valor de R$17.746 (mesmo saldo em 31/12/2021) recebido até 31/12/2022, relacionado ao contrato 2B, o qual se encontra em fase negociação para andamento das próximas fases. Em 31/12/2021, o saldo também era composto pelo valor R$19.264, referente ao contrato de fabricação, construção e entrega da seção de qualificação e da seção "C" preliminar do submarino de propulsão nuclear SN-BR. **16. Instrumentos financeiros:** a) Classificação e valorização dos instrumentos financeiros: A Cia. mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, TVM, contas a receber e contas a pagar. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. Em 31/12/2022 e 2021, o valor contábil dos instrumentos financeiros correspondia substancialmente a seu valor de mercado. b) Instrumentos derivativos: A Cia. possui instrumentos derivativos com objeto de proteção econômica e financeira contra risco cambial relacionado ao contrato de empréstimo com parte relacionada descrito na Nota 10, representados por operações de *Non-Deliverable Forwards* (NDF). As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos no resultado considerando-se o valor justo desses instrumentos e a variação dos valores pela curva. Durante o exercício findo em 31/12/2022, a Cia. incorreu em perdas de R$38.132 (ganhos de R$1.351 em 31/12/2021) decorrente das operações de *hedge* liquidadas e não liquidadas durante o exercício. c) Administração de riscos: O desempenho financeiro da Cia. depende de sua habilidade em compreender e controlar eficazmente os riscos a que está sujeita no curso normal de seus negócios. Esses riscos incluem, principalmente, os riscos de liquidação, de taxa de juros, de crédito, de preços, financeiro e de variação cambial. Os resultados obtidos com as operações estão condizentes com as políticas e estratégias de riscos definidas pela administração da Cia.. d) Risco de preços: Os contratos no qual a Cia. encontra-se engajada são caracterizados como contratos a preço fixo. A margem real de lucro desses contratos pode variar em relação à margem estimada quando do orçamento de custos no momento da proposição do preço contratual, em decorrência de variações não esperadas no custo dos equipamentos, materiais a serem aplicados ou mão de obra, relacionadas a efeitos inflacionários ou outros inesperados; dificuldades na obtenção de financiamentos necessários ou em permissões ou aprovações governamentais; alterações de projeto resultando em custos inesperados; atrasos causados por condições climáticas adversas ou falhas de performance de fornecedores contratados. Com o objetivo de minimizar os riscos de preços, o contrato a preço fixo em início de execução pela Cia. tem seu orçamento revisado periodicamente, considerando reajustamento contratual e incluindo no orçamento revisado as confirmações ou inconsistências verificadas em relação aos valores efetivamente realizados.

Presidente: Renaud Jean Roger Poyet;
Contador: Carlos Eduardo Ribeiro de Assumpção Marques - CRC: 088005/O-4

Relatório do auditor independente sobre as DFs: À Diretoria e ao Conselho de Administração **Itaguaí Construções Navais S.A. Opinião:** Examinamos as DFs da Itaguaí Construções Navais S.A. ("Cia."), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs". Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais reponsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as DFs e o relatório do auditor:** A diretoria da Cia. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as DFs não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das DFs, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as DFs ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas DFs:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das DFs. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia.. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia.. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs, inclusive as divulgações e se as DFs representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. RJ, 08/03/2023. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC- SP-015199/F; Marcelo Felipe L. de Sá - Contador CRC-1RJ094644/O-0.

CDGN Logística S.A.

CNPJ/MF nº 05.484.996/0001-71

Relatório da Administração: Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Rio de Janeiro/RJ, 31 de janeiro de 2023.

Balanço Patrimonial *(Em milhares de Reais)*

Ativos	2022	2021
Circulantes		
Caixa e equivalentes de caixa	11.036	9.240
Contas a receber	12.897	8.807
Estoques	1.301	730
Impostos a recuperar	2.343	846
Adiantamento a fornecedores	3.036	8.396
Outros ativos	794	636
Total dos ativos circ.	**31.407**	**28.655**
Não Circulantes		
Contas a receber	5.740	–
Impostos a recuperar	1.708	1.664
Adiantamento a fornecedores	–	9.030
Ativo fiscal diferido	–	174
Depósito judicial	2.854	3.034
Partes relacionadas	2.477	3.867
Total do realizável a longo prazo	**12.779**	**17.769**
Imobilizado	71.662	47.454
Intangível	457	492
Total dos ativos não circ.	**84.898**	**65.715**
Total dos ativos	**116.305**	**94.370**

Passivos	2022	2021
Circulantes		
Fornecedores	6.129	4.935
Empréstimos e financiamentos	27.247	9.616
Obrigações trabalhistas	1.311	1.218
Obrigações tributárias	803	1.995
Dividendos propostos	–	1.696
Adiantamentos de clientes	2.478	4.568
Total dos passivos circ.	**37.968**	**24.028**
Não Circulantes		
Empréstimos e financiamentos	4.878	9.491
Passivo fiscal diferido	313	–
Dividendos propostos	3.917	
Provisão para contingências	1.026	3.495
Partes relacionadas	586	440
Total dos passivos não circ.	**10.720**	**13.426**
Total do passivo	**48.688**	**37.454**
Patrimônio Líquido		
Capital social	38.806	38.806
Reservas de lucros	28.811	17.924
Ajustes de avaliação patrimonial	–	186
Total do patrimônio líquido	**67.617**	**56.916**
Total dos passivos e do PL	**116.305**	**94.370**

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2022	2021
Receita líquida de vendas	101.317	79.055
Custo de vendas e serviços prestados	(67.458)	(51.483)
Lucro bruto	**33.859**	**27.572**
Gerais e administrativas	(17.655)	(11.886)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.600	(3.955)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos	**18.804**	**11.731**

	2022	2021
Receitas financeiras	1.553	444
Despesas financeiras	(4.067)	(2.157)
Resultado financeiro líquido	**(2.514)**	**(1.713)**
Lucro antes dos impostos	**16.290**	**10.018**
Imposto de renda e contribuição social	(3.368)	(2.054)
Lucro líquido do exercício	**12.922**	**7.964**
Lucro por ação – R$	**0,6006**	**0,3702**

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2021	**38.806**	**548**	**1.031**	**9.674**	**589**	**–**	**50.648**
Lucro Líquido do exercício	–	–	–	–	–	7.964	7.964
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–	(403)	403	–
Transações com acionistas e constituição de reservas							
Reserva legal	–	398	–	–	–	(398)	–
Reserva de incentivos fiscais	–	–	783	–	–	(783)	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	(1.696)	(1.696)
Retenção dos lucros acumulados	–	–	–	5.490	–	(5.490)	–
Em 31 de dezembro de 2021	**38.806**	**946**	**1.814**	**15.164**	**186**	**–**	**56.916**
Lucro Líquido do exercício	–	–	–	–	–	12.922	12.922
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–	(186)	186	–
Transações com acionistas e constituição de reservas							
Reserva legal	–	646	–	–	–	(646)	–
Reserva de incentivos fiscais	–	–	3.394	–	–	(3.394)	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	(2.221)	(2.221)
Retenção dos lucros acumulados	–	–	–	6.847	–	(6.847)	–
Em 31 de dezembro de 2022	**38.806**	**1.592**	**5.208**	**22.011**	**–**	**–**	**67.617**

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Fluxo de Cx das Atividades Operac.	2022	2021
Lucro antes de IR/CSLL	16.290	10.018
Ajustes de:		
Depreciações e amortizações	7.270	7.035
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.172	1.459
Reversão de provisão para contingências	(2.469)	(233)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	3.807	1.824
Apropriação de projetos encerrados	–	3.537
Baixa residual de ativos fixos	1.368	–
Outras despesas	–	(1)
	27.438	**23.639**
Variações em:		
Contas a receber	(3.688)	2.105
Estoques	(571)	(730)
Impostos a recuperar	(1.370)	(860)
Partes relacionadas	3.824	(3.265)
Adiantamento a fornecedores	4.631	(5.268)
Depósitos judiciais	183	–
Outros ativos	(150)	(356)
Fornecedores	1.708	(52)
Obrigações trabalhistas	93	103
Obrigações tributárias	(1.015)	768
Adiantamento de clientes	(2.090)	(2.249)
Partes relacionadas	(368)	(629)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**28.625**	**13.206**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.226)	(2.490)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(3.591)	(1.722)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**21.808**	**8.994**
Fluxo de Cx das Atividades De Invest.		
Aquisição de imobilizado	(32.811)	(8.648)
Aquisição de intangível	–	(21)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(32.811)**	**(8.669)**
Fluxo de Cx das Atividades de Financ.		
Captação de empréstimos	20.000	–
Pagamento de principal	(7.201)	(7.645)
Pagamento de dividendos	–	(565)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	**12.799**	**(8.210)**
Aumento (redução) líquida em Cx e Equiv. de Caixa	**1.796**	**(7.885)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	9.240	17.125
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	**11.036**	**9.240**

Diretoria

João Carlos Gonchorosky – Diretor
Mauricio Torres Moreira – Diretor Financeiro
Vanessa Pereira França de Assis – Contadora CRC: BA 040.408/O

As Demonstrações Financeiras completas, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição na Sede da Companhia.

VERÃO: Sol com poucas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 31º 20º 85% 05:52 18:10

PARALISAÇÃO

Audiência sobre greve da enfermagem no Rio termina sem acordo

VINÍCIUS LISBOA/ABRASIL

A audiência de conciliação entre enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem e os hospitais e casas de saúde do Rio de Janeiro terminou sem acordo na manhã de ontem. As categorias estão em greve por tempo indeterminado pelo cumprimento do piso nacional da enfermagem e realizaram um protesto na Avenida Presidente Antônio Carlos, em frente à sede do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-RJ).

"Não vai ter arrego. Se você não paga o piso, você não vai ter sossego", gritavam os manifestantes, que também traziam faixas e cartazes defendendo o piso, que foi aprovado pelo Congresso Nacional, porém suspenso pelo Supremo Tribunal Federal após ação ajuizada pela Confederação Nacional de Saúde, que reúne 90 sindicatos que representam hospitais, clínicas e empresas privadas do setor da saúde.

A lei aprovada no Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República estabelece que os enfermeiros devem receber pelo menos R$ 4.750 por mês; os técnicos de enfermagem, no mínimo R$ 3.325; e auxiliares de enfermagem e parteiras, R$ 2.375.

NOVA AUDIÊNCIA

Diante da falta de consenso, o presidente da Seção Especializada em Dissídios Coletivos (Sedic) do TRT-RJ, desembargador Cesar Marques Carvalho, determinou a realização de uma nova audiência na próxima sexta-feira, às 10h.

Participaram da audiência o Sindicato dos Hospitais Clínicas e Casas de Saúde do Município do Rio de Janeiro, o Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro, o Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Município do Rio de Janeiro, as empresas Vivo Rio e RioSaúde e o Município do Rio de Janeiro.

Os representantes dos trabalhadores também pedem reajuste salarial, por causa da perda do poder de compra com a inflação dos últimos anos, e cobram que o direito de greve seja respeitado, sem que os trabalhadores em greve sofram assédio. Uma proposta formal das categorias com essas demandas deve ser juntada aos autos em um prazo de 24 horas, segundo O TRT-RJ.

Já os sindicatos patronais acusam a paralisação de ser abusiva e responsável por graves riscos à saúde da população. As empresas e o município do Rio lembram ainda que a lei que determina o piso da enfermagem foi suspensa por decisão do STF.

O desembargador que presidiu a audiência determinou que, ao longo desta semana, sejam assegurados os serviços essenciais à população, com, no mínimo, 60% de trabalhadores por plantão. O magistrado fixou multa diária de R$ 50 mil caso haja descumprimento.

As categorias de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem marcaram uma nova manifestação, em frente ao Hospital Federal Cardoso Fontes, em Jacarepaguá, amanhã.

MPF

4 são denunciados por maus-tratos a girafas

VINÍCIUS LISBOA/ABRASIL

Dois funcionários do BioParque do Rio de Janeiro e dois servidores públicos foram denunciados pelo Ministério Público Federal por supostas irregularidades e maus-tratos na importação de 18 girafas da África do Sul para o Brasil, em novembro de 2021. A 10ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro aceitou a denúncia, que seguiu o indiciamento concluído por inquérito da Polícia Federal.

Três animais morreram após tentarem fugir da área onde estavam presos, no Resort Portobello, em Mangaratiba, no litoral sul do Rio de Janeiro.

A procuradoria denunciou o gerente técnico e o diretor de operações do BioParque por maus-tratos às 18 girafas, importação irregular e dificuldades à fiscalização do poder público, com a demora na comunicação dos óbitos dos animais às autoridades.

O zoológico contesta as conclusões do MPF, afirma que não houve ilegalidades e acrescenta que as 15 girafas restantes estão bem e em locais que respeitam as normas ambientais. Não há previsão para que elas sejam transferidas para o BioParque, localizado na Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, na zona norte do Rio de Janeiro.

Também foram denunciados uma servidora do Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (Inea) e outro servidor do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O ministério público afirma que os fiscais elaboraram documentos contendo afirmações sabidamente falsas ou enganosas para licenciamento da importação dos 18 mamíferos e de outros animais destinados ao BioParque.

Os fiscais teriam atestado falsamente que o cativeiro possuía condições apropriadas para acolher as girafas importadas da África.

O MPF argumenta na denúncia que a causa da morte das três girafas teria sido uma doença muscular, chamada miopatia, provocada por "intenso sofrimento e extremo estresse".

Segundo a procuradoria, os animais estavam em um espaço claustrofóbico, com apenas 10 metros quadrados para cada, quando a legislação determina que cada dois animais desse porte precisariam de 600 metros quadrados.

Nota

IRMÃO DE CHEFE DA PF NO RIO DE JANEIRO É NOMEADO PARA COMANDAR PRF NO ESTADO

A PRF (Polícia Rodoviária Federal) nomeou, na segunda-feira passada, Vitor Almada da Costa para o cargo de superintendente no Rio de Janeiro. Ele é irmão do chefe da PF (Polícia Federal) no mesmo estado, Leandro Almada. O delegado Leandro Almada foi nomeado no dia 18 de janeiro, há mais de 50 dias. Ele está na PF desde 2008, tem experiência em investigações e em cargos de chefia e, recentemente, foi o responsável pelo inquérito sobre a tentativa de obstrução da apuração da morte da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. A PRF ainda não se manifestou sobre o assunto.

POLÊMICA

Biden aprova projeto para a extração de petróleo no Alasca

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, aprovou ontem um enorme projeto de extração de petróleo no Alasca. Batizado de Willow, o empreendimento vem enfrentando forte oposição devido ao seu impacto ambiental e climático.

A iniciativa de US$ 8 bilhões da companhia ConocoPhillips vai ser uma das maiores do tipo em solo americano e deve fornecer até 600 milhões de barris de petróleo em 30 anos. O campo de petróleo é localizado na Reserva Nacional de Petróleo do Alasca, que pertence ao governo americano e é de grande importância para a biodiversidade.

A queima dos combustíveis fósseis extraídos de Willow poderia liberar quase 280 milhões de toneladas de gases de efeito estufa na atmosfera. Os Estados Unidos são o maior emissor histórico de carbono e segundo maior poluidor anual, ficando atrás apenas da China.

No início de fevereiro, o relatório de impacto ambiental emitido pelo Departamento de Gestão do Território apontou "preocupações substanciais" com o projeto, devido às emissões de gases de efeito estufa e o impacto para a vida selvagem e comunidades indígenas.

Ativistas e ambientalistas vinham fazendo uma campanha para impedir a aprovação, que mobilizou milhares de pessoas nas redes sociais, em especial no TikTok, onde vídeos com a hashtag #StopWillow acumulam milhões de visualizações.

Os protestos online também resultaram em mais de um milhão de cartas enviadas à Casa Branca, assim como uma petição que acumula mais de 3,2 milhões de assinaturas.

Em nota, Ryan Lance, presidente e diretor executivo da ConocoPhillips, disse que esta foi "a decisão certa para o Alasca e nossa nação" e que o projeto "se encaixa nas prioridades do governo Biden em justiça ambiental e social".

A bandeira climática foi uma das principais na campanha do presidente americano, que chegou a dizer "chega de perfuração (para petróleo e gás) em terras federais, ponto final".

De acordo com o jornal The New York Times, junto com a autorização, o governo americano declarou que vai restringir a exploração de petróleo marítimo no Oceano Ártico e na Encosta Norte do Alasca, região onde vai ser instalado o projeto Willow, em um aparente esforço para moderar as críticas sobre a decisão.

O Departamento do Interior disse que emitiria novas regras para bloquear a extração de petróleo e gás em mais de 52 mil km² dos 93 mil km² que formam a Reserva Nacional de Petróleo do Alasca.

O projeto Planeta em Transe é apoiado pela Open Society Foundations.

VATICANO

Papa: nunca imaginei que lideraria Igreja Católica na '3ª Guerra'

Jorge Bergoglio, o primeiro Papa latino-americano da história, que completa dez anos como o líder da Igreja Católica, já imaginava se deparar com tensões na chefia da instituição. Mas não esperava ser Papa "nos tempos da Terceira Guerra Mundial".

A declaração foi dada pelo próprio Papa Francisco em um episódio do Popecast, o podcast produzido pela mídia do Vaticano com o pontífice e divulgado no dia de seu aniversário de uma década no cargo. O papa se refere à Guerra da Ucrânia, conflito que fez o fantasma de um terceiro conflito mundial sair do armário.

Francisco, que nasceu em Buenos Aires, na Argentina, tem pedido por paz em seus conflitos, e a guerra já chegou a ampliar a rusga histórica entre a Igreja Católica e a Igreja Ortodoxa Russa.

O papa diz que, como alguém que "veio dos confins do mundo", não esperava isso. "Achei que a Síria ia ser única, depois vieram as outras", segue, referindo-se à Guerra Civil síria, que já passa de uma década.

"Por trás das guerras, há a indústria de armas, o que é diabólico", diz Francisco nos quase dez minutos de episódio. "Sofro em ver a morte de jovens homens - sejam eles russos ou ucranianos. É difícil."

No material disponível em italiano, Francisco volta a pedir paz. No início, mostram os apresentadores, ele pergunta o que é um podcast. "Um podcast? O que é isso? Bom... Vamos fazer."

Ao descrever seus dez anos como papa, ele diz: "O tempo voa, tem pressa. Quando você quer agarrar o hoje, já é ontem. Esses dez anos foram assim: vivendo em tensão".

A celebração de seus dez anos de papado contará também com uma missa para a qual foram convidados outros cardeais, no Vaticano.

DETENÇÃO

Reino Unido vai ajudar França a financiar centro para migrantes

O presidente francês, Emmanuel Macron, e o premiê britânico, Rishi Sunak, selaram um acordo para tentar diminuir a migração irregular na região. O tema virou prioridade para o líder do Reino Unido, que concordou em pagar 480 milhões de libras (R$ 3 trilhões) ao país vizinho para financiar, entre outros projetos, um centro de detenção no norte da França.

Segundo uma autoridade britânica em entrevista à agência Reuters, Londres vai desembolsar 30 milhões de euros (R$ 166,1 milhões) ao longo de três anos para o centro de detenção, e os migrantes serão enviados ao seu país de origem ou ao último país pelo qual transitaram no caso de não poderem voltar a sua nação por questões de segurança.

Segundo o acordo, fechado na última sexta-feira, será criado ainda um centro de comando conjunto entre os dois países, e 500 novos agentes patrulharão as praias do norte francês. Em 2022, o Reino Unido direcionou 70 milhões de euros (R$ 387,6 milhões) à França para combater a migração ilegal.

No cargo desde outubro, Sunak colocou as pequenas embarcações na mira após o número de migrantes que atravessam o Canal da Mancha e chegam pela costa sul da Inglaterra disparar para 45 mil no ano passado. O aumento de 500% em relação aos últimos dois anos foi motivo de tensão com a França, no mandato de Boris Johnson.

VARELLA E DAMAZIO ASSISTÊNCIA FISIOTERAPEUTICA LTDA.
CNPJ 09.572.294/0001-09 – Matrícula RCPJ 229352
CONVOCAÇÃO - Ficam os sócios convocados para a Assembleia de Sócios, às 11h do dia 23.03.2023, na Av. Almirante Barroso, nº 00081, sala 2401, Centro/RJ, cuja ordem do dia é o ingresso e retirada de sócios. RJ, 10.03.2023. Sócia Adm. Luciana Damazio de Noronha Presto.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
MINISTÉRIO DA DEFESA
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO 01/2023

A União por intermédio da Escola Superior de Guerra - Ministério da Defesa torna Público, para conhecimento dos interessados, através do Pregoeiro nomeado na Portaria n° 55/ ESG, de 04 de jan 2023, que fará realizar licitação, na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **Menor Preço por Item** tendo por finalidade a **aquisição de utensílios para o rancho**. A sessão pública **será** realizada no dia **23 de março de 2023, às 10h00min**, na forma eletrônica, no portal de compras do governo federal (https://www.gov.br/compras/pt-br).

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 20/03/2023 a partir das 09h40
2º Público Leilão: 30/03/2023 a partir das 15h00

ALEXANDRE TRAVASSOS, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP n° 951, com escritório à Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105 - 4º. Andar - Brooklin Paulista, São Paulo - SP, 04571-010 - Edifício Berrini One, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **CCISA21 INCORPORADORA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.318.024/0001-35, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, através da Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e do SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), nos termos da Escritura de Compra e Venda, com pacto adjeto de Alienação Fiduciária em Garantia, lavrada em 14/09/2018, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97, o seguinte imóvel em lote único: "Apartamento nº 807 - Bloco 2 do Residencial Dez Nova Iguaçu, situado na Estrada do Deputado Darcílio Ayres Raunheitti, com entrada pelo nº 175, Rancho Novo, Nova Iguaçu/RJ, com área construída de 53,07m². **Matrícula nº 54.946 do Cartório do 2º Ofício de Nova Iguaçu/RJ. Cadastrado na Prefeitura municipal sob o nº 919465-7.**" Recai sobre o imóvel a Ação de Revisão Contratual e Ação de Consignação em Pagamento (Processos 0825964-71.2022.8.19.0038 e 0826436-72.2022.8.19.0038 - 5ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu). **1º PÚBLICO LEILÃO VALOR: R$ 502.576,67 (quinhentos e dois mil e quinhentos e setenta e seis reais e sessenta e sete centavos). 2º PÚBLICO LEILÃO VALOR: R$ 236.998,44 (duzentos e trinta e seis mil e novecentos e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos).** Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento à vista de comissão do Leiloeiro de 5% sobre o valor de arrematação, despesas com Escritura Pública, Imposto de Transmissão de Foro, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registrários etc. O imóvel será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. **Ficam os Fiduciantes: Silvia Vanielle da Silva Crespo,** portadora do CPF n° 098.756.197-95, Carteira de Identidade n° 13.150.981-2 expedida pelo DETRAN/RJ em 16/12/2010 e seu marido **André Fonseca Crespo**, CPF n° 091.922.847-01, CNH n° 04353464744 expedida pelo DETRAN/RJ em 31/01/2018, intimados das datas dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquirir(em) os imóveis entregues em garantia fiduciária, sem concorrência de terceiros, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. O edital completo encontra-se disponível na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net).

Informações.: (11) 3296-7555 - Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105 - 4º Andar- Brooklin Paulista, São Paulo - SP

LOTEAMENTO DO CONDOMÍNIO SÍTIO BOM
SITUADO NA RODOVIA RIO SANTOS, KM 442, MANGARATIBA/RJ
CNPJ 30.204.523/0001-10
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

Em atenção ao que reza o item 32, VI - da Convenção Condominial do Loteamento do Condomínio Sítio Bom, bem como em conformidade com AGO de 11/09/2021, o Síndico, Sr. João Cláudio Nogueira de Carvalho Júnior, CONVOCA os senhores proprietários do **LOTEAMENTO DO CONDOMÍNIO SÍTIO BOM**, para a **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** a ser realizada no dia 01/04/2023 (primeiro de abril de dois mil e vinte e três), às 09:30 horas com quórum legal e às 10:00 horas com qualquer número de condôminos presentes, na sede social do Clube Náutico Sítio Bom, a fim de serem discutidos e deliberados os seguintes assuntos:**1.** Retrospectiva 2022/2023; **2.** Prestação e aprovção das contas de 31/03/2022 a 31/03/2023 com parecer do Conselho Fiscal; **3.** Eleição de Síndico, Subsíndico, representantes de Coordenadorias e integrantes do Conselho Consultivo para o período de 01/04/2023 a 31/03/2025; **4.** Aprovação de previsão orçamentária de 01/04/2023 a 31/03/2024, com fixação de valor da cota condominial;**5.** Aprovação do fundo de eventos; **6.** Deliberação a respeito de débitos decorrente a boletos supostamente fraudado; **7.** Assuntos Gerais. Legislação Pertinente: **1)** Artigo 1335 do Código Civil O Condômino que estiver em débito no pagamento das taxas de condomínio não terá direito a voto; **2)** Conforme Art. 654 do Código Civil, § 1o e § 2o os proprietários que não puderem comparecer, poderão se fazer representar por procuradores devidamente credenciados de acordo com as formalidades legais, com reconhecimento por semelhança do outorgante em cartório. Contando com a presença de todos, pois a omissão implica na concordância com as decisões dos presentes.

Mangaratiba, 14 de março de 2023
João Cláudio Nogueira de Carvalho Júnior,

COOPERATIVA BARRA TÁXI,
CNPJ/MF N.º 21.331.941/0001-88, NIRE 33.4.0005347-8
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da **Cooperativa Barra Taxi** no exercício de suas atribuições, na forma da Lei 5.764/71 e do seu Estatuto Social, convoca seus associados em dia com as suas obrigações sociais e estatutárias, para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária** a ser realizada no dia 28 de março de 2023, na Estrada de Jacarepaguá, n.º 6508, cobertura, nesta cidade, em primeira convocação às 07:00 horas, com a presença de 2/3 dos associados, em segunda convocação às 08:00 horas, com presença de metade mais um dos seus associados e em terceira e última convocação às 09:00 horas, com a presença mínima de dez associados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **I** - Prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: **a)** Relatório de gestão; **b)** Balanço Patrimonial; **c)** Demonstrativo das sobras e perdas apuradas e parecer do conselho fiscal. **II** - Destinação das sobras ou rateios das perdas apuradas; **III** - Eleição dos membros do Conselho Fiscal, **IV** - Eleição dos membros do Conselho de Ética e Disciplina. As inscrições dos candidatos para o Conselho Fiscal (CF), Conselho de Ética e Disciplina (CED) se darão entre os dias 13 e 15/03/2023, no horário de 09:00 às 12:00 horas na Secretaria da Cooperativa, devendo as impugnações serem apresentadas até o dia 17/03/2023 e os seus julgamentos ocorrerem até o dia 20/03/2023. Será concedido o prazo até dia 22/03/2023, para o cumprimento das exigências pelos candidatos, sendo vedada à substituição dos candidatos ao CF, do CED. Em caso de não cumpridas às exigências, serão os candidatos ao CF e ao CED considerados inaptos e consequentemente excluídos do processo eleitoral. A urna eleitoral permanecerá aberta durante os trabalhos da Assembleia, sendo encerrada a votação juntamente com o seu término. A contagem e a apuração dos votos ocorrerá imediatamente após o encerramento da eleição. Os cooperados que não estiverem rigorosamente em dia com as suas obrigações sociais não poderão votar. O cooperado poderá comprovar ao Presidente da Cooperativa Barra Táxi, o pagamento das referidas obrigações até as 17 horas do dia 27/03/2023.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2023.
Anderson Lisboa - Presidente da Cooperativa Barra Táxi Ltda.